

Senado avaliza a negociação da dívida

Givaldo Barbosa

Scheila Bernadete

O Senado aprovou, na noite de ontem, o parecer do senador Ronan Tito (PMDB-MG), favorável à homologação do acordo do governo com os credores internacionais para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa, referentes ao período de julho de 1989 a dezembro de 1990. Dos 68 senadores presentes, 61 votaram sim, 6 foram contrários e apenas um se absteve — o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), por se sentir “violento devido ao cerceamento de dispensar o interstício de 3 dias”.

A votação ontem só foi possível devido ao entendimento entre os líderes governistas e o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), presidente do Senado, já que pelo regimento interno estava prevista para o dia 21. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Coutinho Jorge (PMDB-PA), — que haviam apresentado emendas, na tentativa de retardar a apreciação da matéria — cederam aos argumentos do relator de aperfeiçoar a redação do Artigo 6º e retiraram suas propostas.

Os senadores precisaram de 3 horas e meia para votarem o parecer, apesar da decisão de aprovar a matéria pelas lideranças partidárias, já estar definido desde a última terça-feira. Entre os líderes que se manifestaram em plenário, o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) foi o único aplaudido pelos próprios parlamentares. Ele esclareceu que o fato de seu partido aprovar o acordo não significava a convalidação de outras negociações ocorridas no passado. “Encaminho meu voto com plena consciência, pois uma negociação política não se faz só com boas intenções e espero que no futuro a mesma tempore que levou o embaixador Jório Dauster a negociar com os credores seja uma constante no País”. Sintético, o senador Affonso Camargo, líder do PTB, afirmou ser favorável “pelas mesmas razões do PSDB”.

Troca

Já o líder do PDT, senador Maurício Corrêa (DF), revelou ter

negociado com o governo o voto a favor do acordo, pelo seu partido, em troca da medida ser extensiva aos municípios e estados. Ele leu, inclusive, uma carta do senador Marco Maciel, afirmando que os ministros Jarbas Passarinho e Marcílio Marques Moreira tinham acenado favoravelmente à proposta. Mesmo assim, o senador pedetista declarou que apesar de dizer sim ao projeto governista, “não significa abrir mão dos meus princípios”. O PMDB teve a interferência até do deputado Ulysses Guimarães, que telefonou para o senador Humberto Lucena (PB), líder do partido no Senado, pedindo o voto favorável da bancada. “Fazemos oposição ao governo e não ao País. Este acordo não é o ideal, nem razoável. Mas há interesse nacional para que o País possa participar da comunidade internacional e ao crescimento econômico”, disse Lucena. De qualquer modo, o PMDB não votou unido.

Acordo

Segundo o acordo, o Brasil se compromete a pagar este ano em dinheiro 25% dos juros devidos, limitada a parcela a um teto de US\$ 2 bilhões. O saldo remanescente do total dos juros devidos (75%), correspondente a US\$ 7 bilhões, será permutado por bônus ao portador emitidos pelo Brasil. No total, são US\$ 9 bilhões em juros atrasados.

Duas emendas foram anexadas ao projeto do governo pelo relator Ronan Tito. Uma do senador Maurício Corrêa, propondo a indicação, pelo Senado, de dois senadores — um oposicionista e outro governista — para acompanharem, como observadores, a assinatura dos contratos para a regularização dos juros devidos a serem celebrados com os bancos privados externos.

A outra emenda, de autoria do senador Esperidião Amin (PDS-SC), pede que “o esforço para a regularização dos juros seja consciente no sentido da normalidade das relações financeiras externas do País, que não se traduz em conformismo com suas condições, às quais, em seu conjunto, são inaceitáveis para as negociações seguintes”.



Benevides (E) e líderes governistas tornaram possível a aprovação do acordo ontem no Senado